

BOLETIM 372

Brasília, 19 de junho de 2017

NOTA PÚBLICA

O DESAFIO É UM SÓ: BARRAR OS RETROCESSOS E RETOMAR O CRESCIMENTO!

O Brasil e suas instituições, sem nenhuma exceção, estão vivendo uma crise de credibilidade sem precedentes em nossa história.

Até mesmo no Judiciário, principalmente depois da decisão do TSE que absolveu a chapa Dilma-Temer, diante de provas cabais do uso criminoso de recursos na campanha de 2014, assistimos magistrados e, até, procuradores sendo processados.

No Legislativo, mais de uma centena de parlamentares estão sob investigação ou foram condenados em primeira e/ou segunda instâncias.

No Executivo, todos os dias chegam notícias de envolvimento de figuras do alto escalão em irregularidades que continuam escandalizando o país.

O mais grave é que todos, sem exceção, estão muito mais preocupados em se defender do que fazer algo de positivo pelo país.

O governo, por exemplo, com o apoio que ainda conta no Congresso Nacional, ao invés de buscar soluções para o crescimento econômico e a retomada da empregabilidade, através de investimentos maciços na área da construção civil, não pensa em outra coisa senão em reformas que vão afetar seriamente as aposentadorias e os



direitos consolidados na CLT dos trabalhadores mais pobres de nosso país.

O que move os governantes, infelizmente, é o interesse único de atender o mercado e o grande capital. Na própria reforma da Previdência, ao invés de combaterem privilégios que existem no setor público, pretendem prejudicar a grande massa dos trabalhadores brasileiros, entre os quais nossos operários da construção e do mobiliário que, caso a emenda constitucional seja aprovada, não conseguirão se aposentar, pois eles começam a trabalhar muito cedo.

Infelizmente, do lado do movimento sindical ainda não estamos vendo a unidade necessária para enfrentar essas dificuldades do momento.

Esse é o grande desafio dos dias de hoje.

A unidade do movimento sindical, dos trabalhadores e de toda sociedade em torno de um único caminho: barrar os retrocessos e defender um projeto que recoloca a Nação rapidamente nos trilhos do desenvolvimento, com justiça!

A CONTRICOM continuará fazendo a sua parte para que possamos atingir esse objetivo que é de povo brasileiro.

Brasília, 19 de junho de 2017

FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO
Presidente da CONTRICOM

Reforma trabalhista deve ser votada pela CAS do Senado nesta terça

O projeto que pretende modificar a legislação trabalhista brasileira (PLC 38/2017) deve ser votado, nesta terça-feira (20), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com sugestões à Presidência da República de vetos e aperfeiçoamentos por meio de medida provisória.

Pelo acordo firmado, os parlamentares terão pelo menos uma hora e meia para se manifestar sobre a matéria antes da votação. Um dia depois da votação na CAS, será a vez de Romero Jucá (PMDB-RR) ler seu relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A previsão é que a passagem pelas comissões se encerre no dia 28, com a votação na CCJ. A partir daí, o PLC 38/2017 estará pronto para análise no Plenário. A intenção do governo é votá-lo até o início de julho. A oposição quer adiar a votação para o segundo semestre, no retorno das atividades legislativas.

Acordos coletivos - O eixo da reforma trabalhista é a prevalência do negociado sobre o legislado, com reforço aos acordos coletivos e novo enfoque nas negociações individuais entre patrão e empregado em vários pontos, como o acúmulo e uso de banco de horas, horas extras, compensação de jornada e horários de descanso para a mulher.

Ricardo Ferraço destaca em seu relatório estudos sobre os malefícios da rigidez na lei



trabalhista, que o projeto pretende flexibilizar. Segundo ele, leis excessivamente duras têm efeitos deletérios no nível de emprego e no crescimento econômico, pois a regulação pesada dessas relações vem, a seu ver, associada a “uma economia informal maior, a uma baixa taxa de participação na força de trabalho e alto desemprego, atingindo especialmente os jovens”.

Vetos - Ricardo Ferraço manteve as recomendações de veto a seis pontos do PLC, como o trabalho insalubre para gestantes e lactantes, o acordo individual para estabelecer a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso e a jornada intermitente, apesar de defender a contratação de trabalhadores por esse novo formato. Ele disse, em entrevista veiculada em suas redes sociais, que a contratação diferenciada para determinados setores da economia, como bares, hotéis e restaurantes, é a ideal. Mas, para valer de verdade, exige regras mais detalhadas que podem ser editadas por uma medida provisória.



Votos em separado - Os parlamentares da oposição apresentaram quatro votos em separado, todos pedindo a rejeição completa do PLC 38/2017. Durante a reunião da CAS, na última terça-feira (13), o senador Paulo Paim (PT-RS) chegou a fazer um apelo para que os senadores busquem um texto de consenso sobre a reforma trabalhista, aprimorando o que veio da Câmara, sem que o Senado abra mão de seu papel de Casa revisora.

— É possível fazer um grande pacto pelo povo brasileiro, é dever do Senado. Não pode vir um projeto que altera a CLT em 117 artigos aqui para a Casa e a gente só carimbar, sabendo que a Câmara cometeu absurdos. Qualquer pessoa séria, ao ler aquele projeto, acha aquilo inaceitável. Vamos pegar os votos em separado, os quatro da oposição e o [texto] do relator, vamos sentar e ver o que é possível construir. É possível construir um grande entendimento, aí o projeto volta para a Câmara e ela ratifica ou não. Isso é bom senso, o razoável, ninguém está dizendo que não é para fazer reforma nenhuma, nós tiraríamos todos os absurdos — disse Paim, em entrevista à Agência Senado nesta sexta-feira (16).

Fonte: Agência Senado

CDH vai debater reformas com sindicatos

A convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da liberdade sindical e da proteção do direito sindical será o ponto de partida para a discussão das reformas trabalhistas (PLC 38/2017) e previdenciárias em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa (CDH) nesta segunda-feira (19). A iniciativa da audiência é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para a audiência pública o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos; o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes dos Santos; a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Aparecida Garcia Porto; o vice-coordenador nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho, Renan Bernardi Kalil; e o presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Distrito Federal, José Nivaldino Rodrigues.

Também estarão presentes representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, da Central dos Sindicatos Brasileiros, da Fenafisco, da Confederação Nacional das Profissões Liberais e da Central Pública do Servidor.

Fonte: Agência Senado

Trabalhadores negam déficit e criticam reforma da Previdência

Sindicatos e confederações que representam trabalhadores criticaram na última semana a PEC enviada ao Congresso Nacional pelo presidente da República com mudanças na Previdência. As entidades participaram de uma audiência pública interativa promovida pela CPI do Senado que investiga a contabilidade da



Previdência Social. A PEC 287/16 está na Câmara dos Deputados.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, Moacyr Auersvald, afirmou que a Previdência não tem déficit. Ele disse que o setor faz parte da Seguridade Social – sistema de proteção que inclui as áreas de saúde e assistência e conta com diversas fontes de financiamento. Citando dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, Moacyr Auersvald afirmou que a Previdência fechou 2015 com saldo de R\$ 24 bilhões. Para o governo, o déficit naquele ano foi de R\$ 85,8 bilhões.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Vilson Romero, afirmou que, antes de mexer na Previdência, o governo federal precisa ser mais eficiente na recuperação das dívidas dos grandes devedores. De acordo com ele, o governo só consegue reaver 1,5% do total dos débitos a cada ano.

O diretor da Federação Nacional do Fisco, Pedro Lopes de Araújo, criticou as renúncias fiscais concedidas pela União. Elas representaram quase 30% do déficit de R\$ 149,7 bilhões apurado pelo governo nas contas da Previdência em 2016. Pedro de Araújo destacou o impacto dessas desonerações sobre os sistemas próprios de previdência de estados e municípios.

O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, Mário Jorge dos Santos Filho, afirmou que a intenção do governo com a reforma é transferir a exploração da Previdência para a iniciativa privada.

O representante da Federação dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior Públicas, Mozart Simões, criticou a pressa do

governo em aprovar a matéria no Congresso Nacional.

O senador Lasier Martins (PSD-RS) afirmou que, ao final das investigações, a CPI da Previdência precisa apresentar respostas.

O presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), adiantou pontos que devem constar no relatório do senador Hélio José (PMDB-DF):

– No relatório final, vamos apresentar uma série de sugestões no campo da gestão da Previdência. Porque o que temos muito claro é que a questão é de gestão, fiscalização, combate à sonegação, não dar mais chance de renegociação de dívidas e que o dinheiro da Previdência fique efetivamente com a Previdência – disse Paulo Paim.

Fonte: Agência Senado

FIESP: Indústria paulista fecha 3 mil postos de trabalho em maio

A indústria paulista fechou 3 mil postos de trabalho em maio na comparação com abril, representando uma queda de 0,13%, revela Pesquisa de Nível de Emprego da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), divulgada quarta-feira (14), na capital paulista. Com ajuste sazonal, o recuo é de 0,3%. Em relação a maio do ano passado, a queda chega a 4,07% com o fechamento de 92,5 mil vagas.

O decréscimo nas contratações do setor de açúcar e álcool no último mês teve maior peso para o resultado. De acordo com a Fiesp, isso se deve ao fim do período da safra agrícola, quando as contratações começam a perder força. Em



maio, as usinas contrataram 1.077 trabalhadores. Em abril, o número de vagas abertas chegou a 7,7 mil.

Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp (Depecon), aponta que o resultado seria ainda pior se não fossem as contratações das usinas de açúcar e álcool ao longo do ano.

“Ainda não existe sinal de recuperação do emprego na indústria paulista, como se esperava. Excluindo as usinas de açúcar e álcool, teríamos um saldo de apenas mil contratações ao longo dos cinco meses deste ano”, disse.

Setores - Dos 22 setores analisados, oito tiveram resultado positivo. Entre os destaques estão os segmentos de produtos diversos (1,04%), móveis (0,85%) e produtos têxteis (0,81%). Em números absolutos, o setor alimentício foi o que criou mais vagas: 878 contratações.

Oito setores apresentaram recuo. Os destaques negativos são: artefato de couro, calçados e artigos para viagem (-1,4%), máquinas e equipamentos (-1,17%) e outros equipamentos de transporte (-0,84%). O segmento de máquinas foi o que mais fechou vagas de trabalho, com redução de 1.932 postos.

Fonte: Agência Brasil

Médico do paciente não pode emitir laudo para fins de aposentadoria por invalidez

A Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, julgou prejudicados os recursos de apelação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de uma aposentada, interpostos contra a sentença do Juízo da Comarca de Francisco Sá/MG, que condenou a Autarquia Federal à concessão e pagamento das prestações passadas do benefício de aposentadoria por invalidez devido à parte autora.

Em seu recurso, o INSS requereu a reforma da sentença sustentando que a autora já possuía a enfermidade antes de ingressar no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Francisco Neves da Cunha, observou que o perito designado pelo juízo para realização da prova pericial foi médico particular da requerente, conforme alegação do próprio profissional de saúde, onde ressalta, que a “paciente sempre foi atendida por mim, no consultório e hospital há mais ou menos 12 anos”.

O magistrado destacou que, conforme estabelece o artigo 138, inciso III, do Código de Processo Civil, aplicam-se aos peritos os motivos de suspeição e impedimento previstos no referido diploma legal. Já o Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina (CFM) determina em seu art. 93 que é vedado ao médico ser perito ou auditor do próprio paciente, de pessoa de sua



família ou de qualquer outra com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho ou de empresa em que atue ou tenha atuado.

Segundo o desembargador Francisco Neves da Cunha, ficou clara a necessidade de ser determinada a realização de nova perícia médica para o esclarecimento dos fatos.

Diante do exposto, o Colegiado deu parcial provimento à remessa oficial para anular o processo a partir do laudo oficial, para que nova perícia seja produzida, agora por perito imparcial, devendo o mesmo, responder de maneira conclusiva os quesitos elaborados nos autos. Prejudicados os recursos de apelação. Processo nº. 0010594-34.2015.4.01.9199/MG

Fonte: TRF1



A Diretoria da CONTRICOM cumprimenta o colega JOSÉ BRAZ CONSTANTINO, secretário para Assuntos de Políticas Sindicais da CONTRICOM e dirigente da categoria em Goiás, pelo transcurso de seu natalício no último dia 16 de junho, desejando-lhe muita saúde, felicidades e realizações.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)